



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO E CONTRARRAZÃO REFERENTE A
Concorrência Nº 75/2014 PMN

Aos 24 dias de junho de 2014, às 17:30 horas, reuniu-se o Presidente e a Comissão de Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital de concorrência 75/2014, cujo **OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA TOTALMENTE INTEGRADOS, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS PELO PERÍODO DE 48 (QUARENTA E OITO) MESES, PARA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC.**

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a comissão de licitação receberam os recurso e contrarrazão devidamente protocolados.

---RECURSO Protocolado em 18/06/2014 pela empresa **IPM INFORMÁTICA LTDA – CNPJ: 01.258.027/0001-41.**

Do Recurso contra proposta técnica:

Em síntese, manifesta-se a empresa arguindo que sua concorrente a empresa betha sistemas Ltda descumpriu regra editalícia quanto ao:

- 1 – formulário de pontuação p28 item 9 sistema de informação fiscal não foi marcado a opção “sim x não” Apresentando proposta diversa a requerida, pois foi solicitado que as ligações de suporte técnico fossem sem custos e a betha diz que cobrará pelas ligações e está se “autopontuando”.
 - 2 – a primeira pagina da proposta informa que os sistemas serão implantados em 30 dias contado da ordem de serviço, mas deveria ser da assinatura do contrato.
 - 3- currículos sem assinatura dos profissionais,
- Finaliza com o pedido de desclassificação da empresa betha sistemas ltda.

---DA CONTRARRAZÃO AO RECURSO Protocolado em 24/06/2014 pela empresa **BETHA SISTEMAS LTDA – CNPJ 0456865/0001-67**

Da Contrarrazão ao Recurso:

Em síntese a empresa BETHA menciona que a recorrente está com intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame;

Que não houve ato ou decisão administrativa que ensejasse recurso.

A empresa ainda protocolou pedido de desclassificação da empresa IPM por não apresentar declaração prevista no item 6.3 letra H.

- DECISÃO:

Diante do exposto, o Presidente e a Comissão decidem pelo não conhecimento do recurso, sendo que o mesmo perdeu seu objeto/motivação uma vez que não foram atendidos os pressupostos legais conforme art. 109, I, a,b Lei 8666/93:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50**

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

Desta forma é impertinente a proposição de recurso sem ao menos haver decisão habilitando ou inabilitando, classificando ou desclassificando determinado licitante, caso ocorra novamente a interposição de recurso não atendendo os preceitos e prazos legais, o mesmo será encaminhado ao departamento de abertura de procedimento administrativo para apurar possível protelação.

Caso a licitante queira decisão quanto o mérito supra escrito deverá aguardar habilitação/inabilitação de determinada empresa e após protocolar o recurso junto ao balcão de informação da Prefeitura Municipal de Navegantes direcionando o mesmo a comissão de licitação, com seus motivos (se for o caso desde o início da abertura da proposta técnica).

Fica corroborado que as licitantes deverão deslocar suas equipes no dia 27/06/2014 as 15 horas até a Prefeitura Municipal de Navegantes para INÍCIO da apresentação técnica, supervisionada pelo sr Emmanuel de Borba.

Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 24 de junho de 2014.

DOUGLAS LEMOS
Presidente

Comissão:

MARIA BENEDITA CORRÊA

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

ADRIANA CORREA

Ratificando:

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO